

Menor interferência estatal

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Quem quiser ganhar dinheiro vai ter de assumir o risco de investir no setor privado, enquanto o Estado brasileiro ficará apenas com as funções de "sinalizar" os rumos da economia, sem garantir lucros fáceis ao empresariado. Foi o que disse ontem o secretário de Controle das Empresas Estatais, Antoninho Marmo Trevisan. Ele anunciou também para breve a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cuja rentabilidade está assegurada, e o lançamento, a partir de setembro, de um "quem é quem" das empresas estatais, "para que todos saibam como são as suas contas e quem são os dirigentes responsáveis por lucros ou prejuízos".

Trevisan fez essas afirmações em palestra na cerimônia de posse do novo presidente do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF), Getúlio Reis Arrigo, também vice-presidente da Gradiente. Mais tarde, em entrevista, o secretário da Sest revelou que o governo está fazendo um estudo rigoroso das empresas estatais cujas ações vão integrar o FND, e só serão incluídos na carteira os empreendimentos lucrativos. "É o nosso compromisso com os contribuintes do fundo", disse.

Segundo ele, deverão estar incluídas na carteira do FND, entre as 179 empresas estatais existentes, 50

consideradas em condições de privatização "cujo porte e tipo de produção não justificam o controle do Estado". As cotas do fundo, disse, poderão ser negociadas em bolsa e adquiridas por qualquer interessado. E na composição da carteira, será incluído obrigatoriamente o volume de ações que exceda ao necessário para a manutenção do controle majoritário das companhias pela União. No caso da Petrobrás, por exemplo, cerca de 20% das ações seriam transferidas para a carteira do FND, considerando-se que outros 25% já estão em poder do setor privado.

Trevisan acentuou que dado o nível de endividamento das estatais Cz\$ 730 bilhões para um ativo de Cz\$ 1,1 trilhão, com patrimônio líquido próximo dos Cz\$ 400 bilhões — "só existem duas soluções: ou a privatização ou a abertura de capital. No caso da privatização, ela não pode ser vista como acontece nos Estados Unidos ou na Inglaterra, onde o capital é muito pulverizado. No Brasil, os capitais são extremamente concentrados e não há recursos suficientes para adquirir o controle de uma Petrobrás. Por isso mesmo só umas 50 empresas podem ser privatizadas". No caso da abertura de capital, segundo Trevisan, a medida da eficiência da empresa passa a ser o lucro, "onde os dirigentes não abrem mão de brigar com o Estado para manter a sua lucratividade e atender a pressão dos acionistas minoritários".